Valorizar, salários, carreiras e profissões. ACEP

ELSA ARRUDA

Camaradas,
Quando falamos em valorizar, principalmente em relação aos salários, o primeiro pensamento que nos vem à cabeça é AUMENTAR. Mas outro sinónimo de valorizar é dar importância, ter apreço, consideração.
Talvez aqui resida o maior entrave que leva a que o aumento não seja o que os trabalhadores precisam, e que as carreiras e profissões não sejam respeitadas.
As coisas andam ligadas, camaradas. A falta de respeito e consideração com que os sucessivos governos olham para os salários, carreiras e profissões dos trabalhadores do sector, por quem, todos os dias, trabalha para o bem-estar das populações, fazendo com que os serviços essenciais não falhem, convergem para um único objectivo: BAIXAR O VALOR DO TRABALHO.
Ora, todos sabemos muito bem a quem os governos têm dedicado atenção e consideração, não é, camaradas?! Não aceitamos que se diga que não há dinheiro para salários dignos, quando há dinheiro para fragatas – cujo custo ainda não está cabalmente explicado, mas fala-se em cerca de 4 mil milhões de euros –; para benefícios fiscais para as grandes empresas, redução do IRC, privatizações, e para continuar a "engordar" os lucros obscenos dos grupos económicos que vivem alheados das dificuldades de quem cria a riqueza.

Camaradas,
Nos últimos anos, os trabalhadores sofreram uma perda brutal de poder de compra, com os preços da habitação, alimentação, energia e transportes a aumentarem muito mais do que os salários. E o BCE anunciou, recentemente, o aumento das taxas de juro.
Tudo isto num país marcado por baixos salários, com um dos salários mínimos e médios mais baixos da União Europeia, e onde o salário mínimo mais se aproxima do salário mediano — o salário auferido pela maioria dos trabalhadores.
As parcas actualizações salariais não dão sequer para o dia-a-dia, quanto mais para recuperar o poder de compra perdido.

Trabalhar não pode ser sinónimo de empobrecer!
Exigimos aumentos salariais que recuperem o poder de compra e melhorem as condições de vida dos trabalhadores.
Dinheiro há. Falta é vontade política para o colocar ao serviço de quem trabalha e de quem vive da sua pensão ou reforma!
A nossa luta, camaradas, é também pelas carreiras e pelas profissões que foram destruídas!
A Lei 12-A/2008, do então governo do PS/Sócrates (é bom não esquecer), nunca corrigida pelos governos que se seguiram, arrasou carreiras e profissões e destruiu o sistema retributivo.
Passaram a identificar-se carreiras, mas não profissões, como se estas fossem inexistentes, mas repescadas quando se trata de restringir a aplicação de suplementos, como é o caso do SPI.
A esta injustiça soma-se a obsoleta e ilegal estrutura da TRU, que viola o princípio da proporcionalidade entre os diversos níveis salariais e igualiza os valores dos níveis 1 a 5.
Camaradas,
Desempenhamos funções muito mais exigentes e qualificadas do que aquelas que nos são reconhecidas; há trabalhadores "presos", durante anos e anos, nos mesmos níveis remuneratórios; trabalhadores que acumulam experiência, responsabilidade e formação sem valorização, como costumamos afirmar, "sem saírem da cepa torta".
Trabalhadores que fazem falta todos os dias, mas cujo trabalho continua a ser desvalorizado.

Isto tem de acabar!
Somos nós que temos de pôr fim a estas injustiças; que temos de fazer o que melhor sabemos para defender os nossos direitos: organizar, unir, lutar. Foi assim que derrotámos o "pacote laboral". Uma enorme e histórica vitória, e a prova de que, quando rumamos todos para o mesmo lado, apesar de ser difícil, a vitória é certa!
Por isso, no dia 2 de Outubro estaremos em greve e vamos encher a Praça da Figueira e as ruas até ao Min. Finanças para gritar bem alto que:

– Exigimos o reconhecimento das profissões;
– Exigimos a valorização das carreiras;
– Exigimos a abertura imediata de negociações.

Não somos "pau para toda a obra" e não podemos esperar mais!
Exigimos a criação de um sistema de avaliação justo e transparente – em substituição do SIADAP –, que promova efectivamente a progressão, a correspondência entre as funções desempenhadas, a responsabilidade assumida e a remuneração recebida.
Exigimos a valorização dos suplementos remuneratórios, porque são retribuição justa e devida pelo exercício de funções em posto de trabalho que apresente condições mais exigentes comparativamente com outras em idêntica carreira e categoria.
O Suplemento de prevenção/piquete, de disponibilidade, designadamente nos serviços de água e saneamento, mas não só, é um exemplo. A sua concretização, há muitos anos prevista na lei, constitui uma importante reivindicação.

Camaradas,
Dia 17 de Outubro voltamos às ruas, no Porto, em Coimbra e Lisboa, na manifestação marcada pela CGTP-IN, expondo a nossa indignação, porque *"os trabalhadores e os reformados precisam de salários e de pensões que permitam viver dignamente durante TODO o ano"*, como afirmou o secretário-geral desta grande central sindical, Tiago Oliveira.
Na luta pela recuperação de direitos para os trabalhadores das autarquias, temos conseguido, através dos ACEP: 35 horas semanais/7 horas diárias; impedir a adaptabilidade e "banco de horas"; repor os 25 dias de férias "roubados" pela troika/PSD/CDS; reduzir o período experimental e condições mais favoráveis no SPI, através do pagamento durante 12 meses, alargamento a mais profissões, entre outros.
Temos negociados e publicados 696 ACEP: 236 com municípios; 412 com uniões ou juntas de Freguesia; e 48 com serviços municipalizados e comunidades Intermunicipais.
Mas ainda há muito caminho para percorrer!
Negociar com os trabalhadores é cumprir um direito, que emana da nossa Constituição e que precisa de ser cumprida!
É por isso que vamos continuar a lutar: por salários dignos e que recuperem o poder de compra; pela valorização das carreiras e das profissões; pelo SPI; pela valorização dos suplementos remuneratórios; pelas 35 horas para todos; por mais trabalhadores e melhores Serviços Públicos; por mais e melhores ACEP.

Camaradas,
O STAL tem 51 anos de luta, assinalados recentemente. Mais de meio século a defender os interesses dos trabalhadores, a conquistar direitos; a enfrentar governos, patrões e políticas que quiseram fazer pagar aos trabalhadores o preço das suas opções.
E se há uma lição que esses 51 anos nos deixam é esta: quando os trabalhadores estão unidos, organizados e determinados, não há direito que não possa ser conquistado e não há ataque que não possa ser derrotado!
Por isso não baixamos os braços.
Porque quem trabalha tem direitos. Porque quem trabalha produz riqueza. E porque quem trabalha não pode continuar a pagar a factura das políticas de direita, que favorecem os que mais têm, e adoptadas por sucessivos governos, com destaque para o actual, do PSD-CDS, que conta com o apoio dos partidos da extrema-direita (IL e CH), mesmo quando ensaiam discordâncias tácticas.
Exigimos salários dignos; carreiras valorizadas; profissões respeitadas! E aquilo que todos os trabalhadores merecem:
Respeito! Dignidade! E justiça!
Viva a luta dos trabalhadores!
Viva a unidade e a organização sindical!
Viva o STAL!